



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC 6158/989/16
Poder LEGISLATIVO
Município Pitangueiras
Entidade CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS
Período 12/2017
Relator Dr. Robson Marinho
Unidade Fiscalizadora UR-17 UNIDADE REGIONAL DE ITUVERAVA
Responsável GUSTAVO DE FELICIO
Cargo PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF 265.388.518-27
Período de Gestão 01/01/2017 a 31/01/2017; 01/02/2017 a 28/02/2017; 01/03/2017 a 31/03/2017; 01/04/2017 a 30/04/2017; 01/05/2017 a 31/05/2017; 01/06/2017 a 30/06/2017; 01/07/2017 a 31/07/2017; 01/08/2017 a 31/08/2017; 01/09/2017 a 30/09/2017; 01/10/2017 a 31/10/2017; 01/11/2017 a 30/11/2017; 01/12/2017 a 31/12/2017

Em atendimento ao disposto nas Instruções N°2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos exigidos foram entregues, sendo que os documentos abaixo indicados foram entregues intempestivamente:

Tipo de Documento	Mês	Ano
Atualização do Cadastro Geral de Entidades Mensal	12	2017

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Poder não possui Restos a Pagar

2.2 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
12/2016	R\$ 2.214.906,78	R\$ 100.185.077,28	2,2108%	6,0000%
4/2017	R\$ 2.241.942,76	R\$ 90.085.494,32	2,4887%	6,0000%
8/2017	R\$ 2.391.996,98	R\$ 95.631.871,27	2,5013%	6,0000%
12/2017	R\$ 2.528.265,48	R\$ 95.680.042,60	2,6424%	6,0000%

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

2.3 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2017	R\$ 2.320.761,05	R\$ 94.120.684,52	2,4657%	2,4657%
7/2017	R\$ 2.392.153,00	R\$ 94.916.723,28	2,5203%	2,4657%
8/2017	R\$ 2.391.996,98	R\$ 95.631.871,27	2,5013%	2,4657%
9/2017	R\$ 2.426.565,44	R\$ 96.998.951,11	2,5016%	2,4657%
10/2017	R\$ 2.444.553,68	R\$ 97.953.310,08	2,4956%	2,4657%
11/2017	R\$ 2.506.112,34	R\$ 96.598.783,06	2,5944%	2,4657%
12/2017	R\$ 2.528.265,48	R\$ 95.680.042,60	2,6424%	2,4657%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 12/2017, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 2,6424%, sendo verificado acréscimo em relação ao percentual

apurado em 6/2017, devendo, portanto, o Poder em questão ser alertado para fins de observar a vedação contida no parágrafo único dos artigos 21 e 22 da LRF.

Em relação ao período dos 180 dias finais de mandato, verificou-se acréscimo percentual em relação ao apurado no mês de 6/2017, no(s) mês(es) acima indicados, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco", para fins do disposto no art.21, parágrafo único da LRF.

2.4 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira em 30/04	R\$ 665.814,96
(-) Saldo de Restos a Pagar até 30/04	R\$ 0,00
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até 30/04	R\$ 0,00
(-) Anulação de Empenhos Liquidados até 30/04	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 30/04	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 30/04	R\$ 665.814,96
Disponibilidade Financeira em 31/12	R\$ 9.948,00
(-) Saldo de Restos a Pagar EM 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Empenhos Liquidados até 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 31/12	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 31/12	R\$ 9.948,00
Percentual de variação entre e a Disponibilidade Líquida em 31/12 e 30/04	-98,5059%

O resultado da disponibilidade líquida em 31/12 demonstra que o órgão tem disponibilidade financeira frente às despesas contraídas nos últimos 8 meses finais de mandato do Chefe do Poder, situação que deverá ser confirmada "in loco" para fins de verificação do cumprimento do art.42 da LRF

2.5 - GF52 - Dívida de Curto Prazo

Nomenclatura	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo Para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
<u>Restos a Pagar Processados</u>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<u>Restos a Pagar Não Processados</u>	R\$ 0,00	R\$ 9.948,00	R\$ 0,00	R\$ 9.948,00

Consignações	R\$ 0,00	R\$ 364.785,27	R\$ 364.785,27	R\$ 0,00
Depósitos	R\$ 0,00	R\$ 239.115,44	R\$ 239.115,44	R\$ 0,00
Outros	R\$ 0,00	R\$ 3.005.127,89	R\$ 3.005.127,89	R\$ 0,00
Total	R\$ 0,00	R\$ 3.618.976,60	R\$ 3.609.028,60	R\$ 9.948,00

2.6 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 47,06%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

Repasse total da Prefeitura	R\$ 4.400.000,00
Despesas com inativos e pensionistas	R\$ 78.314,86
Despesas com folha de pagamento	R\$ 2.112.099,79
Despesa com folha/Transferências realizadas	47,06%
Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000)	70,00%

2.7 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

Receita Tributária Ampliada do Exercício Anterior	R\$ 68.335.203,50
Despesa total com remuneração de Vereadores	R\$ 1.014.000,00
Limite art.º 29-A da CF/88	5,00%
Apuração do limite	1,48%

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 1,48%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

2.8 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

População do Município (*)	38211
Receita Tributária Ampliada exercício anterior	R\$ 68.335.203,50
Percentual Máximo Permitido	7,00%
Valor Permitido para Repasses	R\$ 4.783.464,24
Total de Despesas do exercício	R\$ 2.811.494,04
Percentual Apurado	4,11%

(*) Dados IBGE ano anterior, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 4,11%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.

3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

3.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 06/04/2018
Hora da Geração: 22:17:06